

ATA N.º 9/2024

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA
SESSÃO ORDINÁRIA DE NOVEMBRO DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2024:

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com a participação dos senhores Joaquim Raul Gregório Farto (PS), Inês Grandela Nunes Lourenço (GCEPP) e Mário Rui Santana Mamede (GCEPP), respetivamente Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário da Mesa, Teresa Cecília Batista Lopes (GCEPP), Pedro Henrique Lourenço Barata (PS), António Manuel Prioste Salvador (PSD) e Maria Fernanda Caetano Leal Correia (CDU), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Peniche, de Ferrel, de Atouguia da Baleia e Secretária da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, e dos senhores Hugo José Santos Martins (GCEPP), António José Antunes Vieira (PSD), Anabela Correia Dias (PS), Francisco José de Abreu Lourenço (GCEPP), Bruno Pinto Cruz (PSD), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), Susana Cristina Rosa Esperança (GCEPP), Ana Filipa Vala Fialho (PSD), Carlos Francisco Vala Chagas (PS), Tiago Brás Correia (GCEPP), Luís Fernando Mamede de Matos Almeida (PSD), Vítor Rui Franco Agostinho (CDU), Ana João dos Santos Lima (PSD), Carlos Miguel Cordeiro do Amaral Domingos (PS), Margarida da Silva Martins (PSD), José Monteiro Henriques Rocha (CDU), João Viriato Santos Oliveira (CHEGA) e João Manuel de Jesus Gomes (PS), reuniu-se, ordinariamente, a Assembleia Municipal de Peniche, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.º - Aprovação das atas das sessões anteriores.
- 2.º - Período de antes da ordem do dia.
 - 1) Prestação de informações e/ou esclarecimentos sobre o expediente recebido;
 - 2) Apresentação de moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar;
 - 3) Apreciação de outros assuntos de interesse para o Município.
- 3.º - Período de intervenção do público.
- 4.º - Período da ordem do dia:
 - 1) Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo;
 - 2) Apresentação de pedidos de esclarecimento à Câmara Municipal por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia;
 - 3) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipais do Município de Peniche, para o ano de 2024 (modificação n.º 29);
 - 4) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2025;
 - 5) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para os Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2025;
 - 6) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o Mapa de

Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2025;

7) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais identificados em orçamento e autorização prévia genérica para assunção de outros compromissos plurianuais em que os encargos financeiros não excedam o limite de 99 759,58 euros em cada ano – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento;

8) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano do Município de Peniche, para o ano de 2025;

9) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para os Documentos Previsionais do Município de Peniche, para o ano de 2025;

10) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2025;

11) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais identificados em orçamento e autorização prévia genérica para assunção de outros compromissos plurianuais em que os encargos financeiros não excedam o limite de 99 759,58 euros em cada ano – Município de Peniche;

12) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a assunção do compromisso plurianual, no âmbito do Contrato-Programa a celebrar entre a Associação Desportiva, Cultural e Recreativa “A Serrana” e o Município de Peniche;

13) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a assunção do compromisso plurianual, no âmbito do Contrato-Programa a celebrar entre a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche e o Município de Peniche;

14) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal relativo ao Contrato-Programa a celebrar entre a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche e o Município de Peniche, para o desenvolvimento comunitário;

15) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a atualização dos Autos de Transferência de Competências com as Juntas de Freguesia do Concelho de Peniche;

16) Apreciação da proposta da Câmara Municipal para a parcela de terreno, sito na Avenida do Porto de Pesca, em Peniche (Grupo Desportivo de Peniche);

17) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para que os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento possam conceder apoio financeiro ao Centro Social do Pessoal da Câmara Municipal de Peniche.

5.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e dez minutos, encontrando-se na sala os vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

A senhora Maria Fernanda Caetano Leal Correia encontrava-se a substituir o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d’El-Rei, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Os senhores Tiago Brás Correia (GCEPP), António José Antunes Vieira (PSD), Bruno Pinto Cruz (PSD) e João Manuel de Jesus Gomes (PS) encontravam-se a substituir os senhores Jorge Manuel da Costa Batalha (GCEPP), Francisco Manuel Pinto da França Salvador (PSD), Nuno Rodrigo Sales Madeira (PSD) e Natália Susana Colaço Rocha (PS), respetivamente, que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

Os senhores Licínio Pereira (GCEPP), Carlos Manuel Sousa Policarpo (GCEPP), Carla Alexandra Pereira Fernandes Delgado (GCEPP), David Pedrosa Antunes (GCEPP), João Carlos Rodrigues Viola (GCEPP), Sara Alexandra Oliveira Nunes (GCEPP), Rui Vasco Pereira Serpa Malheiros Cativo (GCEPP), Nuno Miguel Nobre Leitão (GCEPP), Joana Mafalda Batista Valério (GCEPP), Carlos Jorge Franco Luís (PSD), Rita Alexandra Santos Marçalo (PSD), Carolina Pereira Vala (PSD), Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD), Daniela Ramos Santos Ferreira (PSD), João André Carvalho Neves Silva (PSD), Jaqueline Machado Salvador (PSD), Rui Emanuel Pereira Lino (PSD), Marcelino Lourenço Pereira (PSD), Rita Alexandra Granada Mota (PSD), João Nelson de Sá Cipriano (PSD), Nuno Miguel Vala Castanheira (PSD), Quélia Filipa Esgaio Águeda (PSD), Luís Carlos Dias Pereira (PSD), Luís Filipe da Silva Cardoso (PSD), Sónia Maria Simões Jordão Abreu (PSD), Carlos Alberto Reis Silva (PS) e Sandra Cristina Machado de Matos (PS), por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor Henrique Bertino Batista Antunes (GCEPP), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e os Vereadores, senhores Ana Rita Trindade Petinga (GCEPP), Emanuel de Sousa Bandeira (PSD), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS), Cristina Maria Luís Leitão (PSD), Ana Margarida Silva Batalha (PS) e Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes (CDU).

A sessão foi secretariada pelo Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, do Município de Peniche, Rui Vargas, coadjuvada pela Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, Marina Luísa Duarte Nunes Viola.

APROVAÇÃO DE ATAS DE SESSÕES ANTERIORES

Foram presentes as atas n.º 6/2024 e 7/2024 respeitantes à sessão ordinária de junho, realizada no dia 07 de junho de 2024, e primeira reunião da sessão ordinária de setembro, realizada no dia 27 de setembro de 2024, respetivamente, tendo sido dispensada a leitura das mesmas por os respetivos textos terem sido previamente distribuídos pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

Postas à discussão, não se registou qualquer intervenção.

Submetidas à votação as atas em apreço, constatou-se o seguinte resultado:

Ata n.º 6/2024 – Aprovada, por unanimidade, com dezassete votos a favor.

Ata n.º 7/2024 – Aprovada, por unanimidade, com dezoito votos a favor.

Apenas participaram na aprovação das atas os membros da Assembleia Municipal que estiveram presentes na reunião, observando o n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O EXPEDIENTE RECEBIDO:

A Primeira Secretária da Mesa, Inês Lourenço, deu conhecimento de que a Assembleia Municipal recebeu o seguinte expediente:

- A Edição da Associação Portuguesa de Deficientes, de novembro de 2024;
- A Edição da Voz das Misericórdias, de setembro e outubro de 2024;
- Todo o expediente existente foi disponibilizado na Meocloud e o restante foi enviado, por email, através do Serviço de Apoio ao Órgãos.

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Deu nota que a Mesa da Assembleia Municipal passou a colocar todo o expediente recebido na Meocloud, porque por vezes há muito expediente e entendem que esta é a melhor forma de prestar a comunicação e de estar ao alcance de todos.

APRESENTAÇÃO DE MOÇÕES, VOTOS DE LOUVOR, CONGRATULAÇÃO, SAUDAÇÃO, PROTESTO OU PESAR:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Hugo Martins (GCEPP):

Apresentou, verbalmente, os seguintes votos de congratulação:

«O Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche faz um voto de congratulação à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche pela inauguração do Pavilhão Multiusos, uma infraestrutura que tanta falta fazia ao nosso território. Fazemos votos que a autarquia dê todo o apoio necessário dentro das suas possibilidades.»

«No passado mês de outubro, a Rádio 102 FM comemorou os 25 anos da sua existência. O Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche parabeneza e faz um voto de congratulação pela significativa importância que este órgão de comunicação social tem tido nas mais diferentes áreas da nossa sociedade, sendo ao mesmo tempo um pilar estrutural na democracia de todo o concelho de Peniche.»

Apresentou, verbalmente, a seguinte nota de pesar:

«Quero deixar uma palavra de conforto ao colega e autarca Rui Santos que faz parte da Assembleia de Freguesia de Atougua da Baleia pelo falecimento do seu pai, o senhor Jerónimo Francisco de Jesus Santos, um músico dedicado à banda da Sociedade Filarmónica União 1.º de Dezembro de 1902 durante 50 anos. As nossas sinceras condolências.»

Vítor Agostinho (CDU):

Disse o seguinte:

«A Coligação Democrata Unitária associa-se aos votos de congratulação indicadas, voltando a salientar o nosso voto de pesar pelo falecimento do senhor Jerónimo Santos, um homem que dedicou muitos anos à Banda Filarmónica de Atougua da Baleia.»

Apresentou, verbalmente, os seguintes votos de saudação:

«Nesta quadra natalícia, saudamos o investimento efetuado por parte das autarquias e freguesias, quer na iluminação de Natal quer nos diversos eventos previstos, há por isso argumentos para reforçar o convite para que nos visitem nesta quadra festiva. Neste ano que comemoramos os 50 anos do 25 de Abril e que foi evidenciado o papel de tantos resistentes que contribuíram para que tenhamos hoje um país mais livre, não queríamos deixar passar de lembra a senhora Celeste Caiiro, a mulher dos cravos como alguém escreveu, morreu a mulher que trocou

as balas das espingardas pelos cravos. Celeste Caeiro sem saber o que fazia definiu a revolução portuguesa que libertou o país da ditadura.»

Francisco Lourenço (GCEPP):

Apresentou, verbalmente, o seguinte voto de saudação:

«O Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche apresenta um voto de saudação ao Dia Nacional do Mar, dia 16 de novembro, pela importância que o mar tem para o nosso concelho e para a nossa identidade.

Saudamos as Câmara Municipal e todas as entidades que organizaram as diversas iniciativas que têm vindo a decorrer durante o presente mês de novembro.

O mês do Mar, destacando a coorganização entre o Município de Peniche e Mútua dos Pescadores do espetáculo “Maré” que teve lugar no Centro Cívico Intergeracional Professor Rogério Cação, com grande afluência e que através da música, da videografia e da literatura homenageou a vida e o trabalho dos pescadores e das comunidades piscatórias.»

Apresentou, verbalmente, o seguinte voto de pesar:

«Quero fazer menção ao dia 25 de novembro, Dia Internacional da Eliminação da Violência Contra as Mulheres, um importante dia, não só do passado, mas do presente e gostaria de dizer que não do futuro, mas os números indicam o contrário.

Aproveitei algumas notas que tirei da comissão da defesa deste tema.

O objetivo do Dia Internacional da Eliminação da Violência Contra as Mulheres é alertar para a violência física, psicológica, sexual e social contra as mulheres.

A violência contra as mulheres continua a ser uma das delegações dos direitos humanos mais frequentes e generalizadas no mundo. A nível mundial, uma em cada dez mulheres foi vítima de violência física ou sexual cometida por um parceiro íntimo, de violência sexual sem parceiro, ou de ambas, pelo menos uma vez na vida (fontes da ONU).

Em Portugal, no terceiro trimestre do ano 2024, registaram-se 8.415 ocorrências participadas às forças de segurança, contra 7.738 registadas no segundo semestre.

O Observatório das Mulheres Assassinadas (OMA), da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) contabilizou 25 mulheres assassinadas em Portugal entre o início do ano e 15 de novembro, das quais 20 feminicídios, segundo dados preliminares. Estes dados confirmam a necessidade de prosseguir neste combate que ainda está longe de estar ganho, contudo, a comunidade está cada vez mais alertada para este problema e para a urgência de o denunciar precocemente, assistindo-se ao crescente aumento do número de denúncias.

O nosso concelho não é virgem nesta matéria, também não é isento (fontes da PSP), tem-se assistido a um grande aumento da violência, especialmente nos casais mais jovens. É um tema para nos deixar a pensar e nós, enquanto autarcas, devíamos pensar que é uma área que todo o investimento é pouco, porque uma mulher morta é muito, 25 é um mundo.»

Mário Mamede (GCEPP):

Apresentou, verbalmente, o seguinte voto de congratulação:

«O Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche felicita todos os atletas do nosso concelho, as suas famílias, equipas técnicas, associações e clubes pelo trabalho desenvolvido e com o seu esforço e empenho contribuíram para colocar Peniche nos mais elevados lugares do pódio em diversas provas desportivas nacionais e em diferentes modalidades.

Assim sendo, saudamos:

- A equipa de Peniche da Academia MSA Sitnarong Muay Thai Camp Peniche;*
- A equipa do Quitério TriPeniche;*
- A equipa Clube de Taekwondo de Peniche – Dojang Peniche;*

- A equipa de matraquilhos da União Desportiva e Cultural de São Bernardino;
- Atletas de badminton do Clube Stella Maris de Peniche
- O Atleta Diogo Glória.

Uma palavra de agradecimento a todos os que se dedicam aos clubes e ao desporto.»

Ana Fialho (PSD):

Disse o seguinte:

«A Bancada do Partido Social Democrata queria associar-se ao voto de pesar do senhor Jerónimo que, além de um músico, foi responsável pela banda, tocou mais de 50 anos e era ele que fazia tudo o que era contratos, manutenção de fardamento, portanto, ele foi uma pessoa fundamental para a Banda Filarmónica de Atouguia da Baleia.

Apresentou um voto de pesar pelo falecimento do senhor João Dias que era dirigente da Santa Casa da Misericórdia de Atouguia da Baleia e durante muito tempo fez parte dos escuteiros e que também partiu recente.»

Francisco Lourenço (GCEPP):

Propôs um minuto de silêncio.

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Além dos votos que já foram feitos a todos os atletas a nível concelhio, muito em especial na Freguesia de Peniche, não quero deixar passar em claro que o Sporting Clube Vila Maria foi vencedor da Supertaça Inatel Leiria que teve lugar, no dia 27 de outubro, em Alfeizerão.»

Todos os presentes guardaram, de pé, um minuto de silêncio.

APRECIACÃO DE OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Fez um apelo a todos os membros da Assembleia Municipal para fazerem um esforço no sentido do cumprimento dos tempos, naturalmente, com a respeitável tolerância, também extensível ao senhor Presidente da Câmara.

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«A primeira questão é para interpelar a mesa, na pessoa do senhor Presidente, e na sequência do pedido para a realização de uma Assembleia Municipal temática relativa à Berlenga, sobre o título “Berlenga - Presente e Futuro”, subscrita por mim e pelo senhor deputado Luís de Almeida, cujo requerimento foi dirigido a si (Presidente da Mesa), em 31 de agosto de 2023, e passado oito meses foi apresentado numa reunião da Assembleia Municipal. Solicito que nos pudesse dar conta do andamento desse processo, quando é que irá a Mesa da Assembleia Municipal marcar a respetiva Assembleia, uma vez que vamos entrar em 2025, último ano deste mandato e, possivelmente, o último ano para alguns dos presentes.

Por outro lado, gostaria de pedir alguns esclarecimentos pela lamentável situação que ocorreu na reunião pública do executivo Municipal no passado dia 11 de outubro, onde mais uma

vez a transmissão ficou sem som, apenas imagem, prestando mais uma vez um péssimo serviço público a todos os munícipes que, tal como muitos dos presentes, apenas têm conhecimento de alguns assuntos e respetiva execução dos mesmos com recurso a esta ferramenta. É uma reunião pública, tem um regimento próprio aprovado por todo o executivo e todos nós já temos assistido antes, em reuniões do executivo municipal, ao som a ser cortado, aliás, neste órgão também já aconteceu, a diferença é que imediatamente o senhor Presidente foi avisado pelos senhores deputados municipais para que o microfone fosse ligado, inclusive nessa reunião foi dado conhecimento a alguns elementos do executivo presentes na reunião, mas a situação manteve-se inalterada. Da minha parte, em relação a todo o executivo, tirei as devidas conclusões, a inação prevaleceu ao invés da reação. Se existem assuntos que de algum modo possam suscitar alguma confidencialidade, ou não são agendados para estas reuniões ou então são retirados da ordem de trabalhos, se todos os elementos do executivo assim o aceitar, por isso pergunto quais foram as matérias debatidas ali que nós, enquanto munícipes atentos à transmissão não foram debatidas, no entanto, também aguardarei com expectativa a ata que foi lavrada dessa reunião ou então tentarei aferir se alguém esteve presente fisicamente no público, pois esses com certeza não foram excluídos da sala, ao contrário dos que estiveram presentes virtualmente.

Também não gostaria de deixar passar uma referência à relação institucional entre órgãos, nomeadamente entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, e hoje em reunião pública, essa com som, mais uma vez assistimos a um espetáculo exemplar de como o nível utilizado e a politiquice substitui o que devia ser a política. Pergunto, com prejuízo de quem?

Gostaria de pedir esclarecimentos sobre o Jardim Principal de Peniche, em que ponto de situação se encontra e para quando a sua inauguração, uma vez que a sua última informação sobre esta matéria a estes deputados, em 21 de novembro de 2023, referiu que “se tudo correr como previsto pensa ter o parque infantil montado na Primavera de 2024”.

Rua 13 de Infância, qual o ponto de situação e qual a ideia para aquele espaço, em que fase estamos.

Parque de campismo, em que fase estamos, passado três anos da concessão e cerca de um milhão e meio de euros depois, se até agora não falharam com nenhum pagamento, qual o ponto de situação.»

Ana Lima (PSD):

Disse o seguinte:

«Apenas gostaria de saber o ponto de situação da carta Municipal de Habitação, já falámos sobre o assunto em algumas Assembleias Municipais, penso que a questão do Alojamento Local até vai, naturalmente, ser resolvida.»

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Disse o seguinte:

«Em relação à interpolação à Mesa da Assembleia Municipal, no que diz respeito a uma Assembleia Extraordinária sobre a Berlenga não está esquecida. Penso que seria uma Assembleia muito mais enriquecida com a presença de responsáveis de algumas instituições que são responsáveis pela gestão, para além da autarquia, nomeadamente o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e nós temos tido dificuldade em trazer e agendar uma Assembleia.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Em relação à reunião que refere, de 11 de outubro, provavelmente terá sido uma reunião em que houve cortes do sistema e procuramos resolver, mas eu acho que essa foi uma reunião em que estivemos a falar sobre o assunto dos bombeiros e estivemos algum tempo sem gravação. Em

nome de todos os membros da Câmara Municipal peço desculpa e o senhor Deputado Carlos Miguel Amaral tem razão, devíamos ter guardado o assunto para outra reunião.

Jardim principal, o processo está preparado para a empreitada do parque infantojuvenil, falta uma parte do parecer da Divisão de Obras Municipais. Há cerca de duas semanas esteve presente em reunião de Câmara elementos da organização da festa em Honra de Nossa Senhora da Boa Viagem, eu tinha-lhes dito que não podiam fazer ali o habitual Carnaval, porque íamos iniciar as obras, entretanto, verifiquei o cronograma e nós não conseguimos iniciar as obras antes do Carnaval, portanto, espero depois do Carnaval que se possa iniciar essas obras. E espero que durante a Primavera as crianças o possa utilizar.

Rua 13 de Infância, estamos a trabalhar numa candidatura para a requalificação dos edifícios e da praça, estamos a trabalhar, recuperámos três projetos passados, nomeadamente do Centro de Ciência Viva e já está referenciado como possibilidade de candidatura de cerca de meio milhão de euros, esperemos que saia, entretanto, porque é uma candidatura que já está listada para ser aprovada.

Em relação ao parque de campismo, também eu gostaria que aquilo já estivesse a trabalhar, em termos de obras. Na próxima reunião de Câmara, há uma empresa que estará presente por um negócio que está relacionado com o parque de campismo, depois dessa reunião vamos reunir com a empresa, porque ela estava prevista, mas preferimos fazer este contacto com a empresa para depois perceber o que se vai fazer. O Grupo Ohai está a cumprir com o contrato na parte financeira, não está a cumpri-lo na parte da execução da obra, tinha-nos sido dito que a obra começaria em outubro, não começou, prevemos que a obra comece em janeiro, mas vamos reunir com eles para perceber se será assim.

Em relação à questão da senhora deputada Ana Lima, nós estávamos a preparar a contratação da Carta Municipal de Habitação, entretanto, surgiu a hipótese de fazer a contratação com os outros Municípios como às vezes acontece, porque é mais económico e mais prático e por norma conseguimos melhores trabalhos finais, portanto, está a decorrer esse processo de contratação da Carta Municipal da Habitação com outros Municípios do Oeste.»

Margarida Martins (PSD):

Disse o seguinte:

«Gostaria que fosse esclarecido o porquê de saltarmos os pontos que estão no edital, porque o senhor Presidente da Mesa disse que vamos saltá-los, mas as pessoas lá em casa não sabem bem porquê e acho que todos deviam saber.

Pergunto se o senhor Presidente ou a senhora vereadora Ana Rita Petinga têm conhecimento do impacto económico pelo facto de o parque de campismo não estar aberto, não temos pessoas a frequentar o parque, menos turistas, e isso com certeza terá um impacto económico no comércio local. Gostava de saber se têm alguns dados que possam dizer, acerca desse impacto, presumo eu, negativo que se está a ter no nosso comércio.»

Luís de Almeida (PSD):

Disse o seguinte:

«Na nossa reunião de preparação surgiu a dúvida sobre o pagamento das concessões municipais, concretamente as concessões relacionadas com as praias que eram antigamente da Agência Portuguesa do Ambiente e que passaram recentemente para a responsabilidade da Câmara. Entendemos que as praias são dos aspetos mais centrais da nossa proposta turística, precisam naturalmente de investimento, concretamente nos seus planos de praia e até de algum apoio logístico a quem utiliza as praias, e o pagamento da concessão naturalmente podia ser aplicado nesse tipo de investimento, daí aparecer estas dúvidas e gostávamos de saber qual o ponto de situação da realidade destes pagamentos.»

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Disse o seguinte:

«Presto esclarecimento, relativamente à interpolação da senhora deputada Margarida Martins a propósito dos três pontos retirados da nossa agenda. Os pontos: décimo segundo, décimo quinto e décimo sexto, foram retirados, cujo conteúdo já foi relatado, dado que foram retirados da reunião de Câmara, portanto, só vêm à Assembleia Municipal os assuntos que foram tratados em reunião de Câmara. Uma vez que foram retirados não têm de vir à Assembleia Municipal, hão-de vir posteriormente depois de aprovados em reunião de Câmara Municipal.»

Margarida Martins (PSD):

Disse o seguinte:

«Mas porque foram retirados da reunião de Câmara de hoje? Certamente também não iríamos votar estes pontos mesmo que eles tivessem sido votados hoje, dado que não tínhamos acesso aos documentos nos dias regulamentados para os podermos analisar concretamente, não é porque poderemos uma outra sessão em que vamos votar esses documentos que eles não têm de ser disponibilizados no tempo que devem ser disponibilizados, era este o esclarecimento que estava à procura.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Não há nenhum estudo de impacto económico.

Em relação ao senhor Deputado Luís de Almeida e em relação às concessões de praia, nós começámos a desenvolver um processo de adaptação, de requalificação, de ampliação, em alguns casos, de melhoramentos das concessões de praia com os concessionários, entretanto, alguns foram-se desenvolvendo e estão-se a desenvolver, há uma dificuldade de conciliar os interesses, sei que em breve um deles tem uma reunião marcada, há processos que são apresentado e não têm condições para aprovar. O objetivo maior era a requalificação ou saber se os concessionários querem fazer as requalificações, era um processo bem intencionado com o objetivo de terem melhores resultados, tem sido moroso até porque, entretanto, como sabem, no meio colocamos dois processos, um deles levou muito tempo, porque são processos difíceis de conciliar que tem a ver, primeiro, com o projeto Praias + Seguras 365 dias por ano, finalmente esse processo chegou ao fim e foi com concessionários de praia e com a Associação de Nadadores Salvadores, neste momento estamos na fase final do projeto da regulamentação para utilização das praias pelas escolas de surf, recentemente houve uma reunião com a Associação das Escolas de Surfing e vamos realizar esta semana outra reunião com os concessionários de praia para ver se conseguimos conciliar o novo regulamento, a par deste está outro regulamento a ser tratado para a atividade da praia, para além das escolas de surf e atrasou este processo. Nós já devíamos ter notificado os concessionários de praia para apresentar os projetos e devíamos tê-lo feito há algum tempo, mas dentro daquilo que é a aproximação e o bom relacionamento procurámos não criar áreas de conflito, porque é um processo que vai ser complicado, mas vamos ter de fazê-lo e tentar negociar com aqueles que têm os processos mais adiantados.»

Luís de Almeida (PSD):

Disse o seguinte:

«Pergunto se posso deduzir que não estar a ser pagas as concessões e, o facto de estarem a requalificar, se não deveriam estar na mesma a pagar as concessões, uma vez que são processos que foram aceites pelos concessionários, mas eu não conheço a situação daí a razão da nossa

pergunta.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Tem razão e agradeço-lhe ter colocado a questão.»

Vítor Agostinho (CDU):

Disse o seguinte:

«É uma preocupação nossa e comum a todos a prestação de cuidados de saúde neste concelho, o défice de utentes sem médico de família é transversal a todo o concelho cuja situação continua a degradar-se pelo que perguntamos que evolução tem havido nos últimos tempos e que informação tem sobre a colocação de médicos de família no concelho de Peniche.»

José Monteiro (CDU):

Disse o seguinte:

«Começo pelo IP6, porque quem diariamente utiliza esta infraestrutura rodoviária deparamos que começa a haver alguma degradação sobretudo em alguns pontos, muitos anos após a sua inauguração ela começa a necessitar de alguma manutenção. No Orçamento de Estado para já não consta nada para o próximo ano, mas fala-se que as obras irão a cerca de um valor orçamentado de cinco milhões de euros que será necessário para a reabilitação da via, nomeadamente em grande parte mais próximo do concelho de Peniche. Tem alguma informação sobre este assunto?

Relativamente ao parque industrial do Vale do grou, assunto que mereceu a realização de uma assembleia extraordinária temática, pergunto que informações adicionais possui sobre o seu desenvolvimento.

Relativamente às concessões, o único ponto que acrescentaria é se houve algum desenvolvimento em alguma das concessões, nomeadamente uma que referenciei numa última Assembleia Municipal, a Nau dos Corvos.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Nós tivemos uma reunião, em 22 de outubro passado, com a senhora Ministra da Saúde onde falámos sobre a questão da falta de médicos de família em todos os concelhos, havia inclusive concelhos que tinham zero médicos de família, falei da questão da falta de médicos para manter o Serviços de Urgência Básica do nosso hospital e falámos no novo hospital para a região. Em relação aos médicos de família e a outras questões da saúde, não é propriamente uma questão que o Presidente de Peniche que vai resolver, provavelmente não vai ser nenhum Presidente de Câmara a resolver, é o Governo que vai resolver, o anterior Governo não conseguiu resolver infelizmente, este Governo não vai conseguir resolver em pouco tempo, é um grave problema que o país tem e nós todos devemos ter consciência disto. O que ficou visto com a senhora Ministra da Saúde foi que íamos ter uma oportunidade, particularmente Peniche, de voltar a falar sobre o assunto do serviço de Urgência Básica e estamos a aguardar, não é nesta fase, estávamos a ver se as coisas arrefeciam e que a senhora deixasse de ter tantos problemas como tem e através disso o próprio país, mas vamos voltar à carga para procurar reunir com a senhora Ministra da Saúde ou alguém por ela, até porque, entretanto, vamos também ter uma reunião com a Unidade Local de Saúde.

Em relação ao IP6, objetivamente, eu tenho estado a conversar, por razões várias, com o responsável das Infraestruturas de Portugal a propósito do IP6 e o que posso dizer é que na terça-feira o senhor vem a Peniche e vamos ver algumas questões da Estrada Nacional, particularmente

na zona do Alto do Veríssimo e Alto Foz. Relativamente ao IP6, já tive a oportunidade de lhe referir particularmente aquilo que eu sinto mais quando saio, que é a saída para norte do IP6 para a A8 e a saída para sul, penso que estes dois segmentos têm particularmente necessidade de intervir e pensava que quando andaram a intervir, o ano passado, na entrada norte poderiam ter intervido aqui. Vou aproveitar para lhe falar dessas situações, da iluminação das rotundas que também tem estado a falhar, falei-lhe nisso e ele pediu-me para confirmar a iluminação de Porto de Lobos e o estado do piso, a questão da limpeza das laterais das bermas falei há um tempo atrás e referi-lhe que as Infraestruturas de Portugal, em relação ao IP6 e às dias estradas nacionais que temos, estava atrasada para intervir e o que ele comunicou foi que estava previsto a empreitada contratada entretanto vir para o IP6 e para as duas EN e isso foi correspondido, portanto, vieram passado pouco tempo intervir.

Em relação à zona industrial do Vale do Grou, todos sabemos que andou para trás e para a frente, cada um teve as suas opiniões, pediram que contratássemos um Estudo de Viabilidade Económica e foi isso que fizemos, estamos a aguardar, logicamente que isto desanima, porque o processo tinha pernas para andar.

Em relação à Nau dos Corvos, teve um recuo da nossa parte, nós tínhamos dado ordens no sentido de elaborar o projeto de execução como tínhamos previsto, entretanto, com a mudança do Governo um dos contactos que tivemos foi com o senhor Secretário de Estado do Turismo e colocámos-lhe vários propósitos que tínhamos, um dos que falámos foi sobre esse, apresentámos aquilo que era o estudo prévio, penso que ficou entusiasmado e deu o seu contributo que nos obriga, de forma satisfatória, a fracionar o processo, ou seja, em lugar de um projeto são dois projetos com o mesmo objetivo no sentido de poder possibilitar uma primeira candidatura municipal e uma segunda candidatura provavelmente de alguém que nós possamos abrir concurso para fazer a segunda fase.»

José Monteiro (CDU):

Disse o seguinte:

«Relativamente ao IP6, quando se fala neste valor, julgo que tem a ver com a repavimentação global de todo o traçado. Falou de facto na saída para a A8, foi uma das intervenções.

A questão da iluminação é importante, porque Porto de Lobos não tem iluminação há mais de três semanas.

Estando com eles seria pertinente perguntar se alguma vez se voltará a equacionar a possibilidade de iluminação no nó da A8 que, desde o seu início, nunca foi colocada.»

Bruno Cruz (PSD):

Disse o seguinte:

«A minha intervenção vai de encontro à recente e recorrente onda de criminalidade violenta no concelho de Peniche, certamente nem todas estas competências recaem na Câmara Municipal de Peniche, mas recai sim na sua competência fazer esforços, quer junto do Governo central, na tutela do Ministério da Administração Interna, e estudar ainda dentro das suas incumbências, julgo que pode fazer, para combater esta dinâmica e neste sentido gostaria de saber o que é que já foi feito sendo isto um assunto não só de interesse público, mas também da garantia de um direito fundamental garantido pela Constituição da República Portuguesa que é o direito à segurança.»

Henrique Estrelinha (PS):

Disse o seguinte:

«Relativamente a um assunto que já coloquei na última sessão da Assembleia Municipal

que tinha que ver com as quotas e outras dívidas da Comunidade Intermunicipal do Oeste, o senhor Presidente, na altura, garantiu que estava tudo em dia, mas em conversa com colegas da região Oeste foi-me dito que não era bem assim, então contactei a Comunidade Intermunicipal do Oeste e foi-me enviada resposta onde dizia que haveria valores em atraso de 2023 e 2024, relativo a quotas, e outros valores que totalizava numa dívida de cerca de 289.000 mil euros. Aquilo que foi dito na última Assembleia Municipal não foi bem isto, portanto, uns dizem que as dívidas gerem-se, outros dizem que as dívidas impedem investimento, aqui nesta questão, além da dívida, eu penso que deveria haver um pouco mais de clareza e lealdade com o próprio Órgão Assembleia Municipal para não haver estas dívidas relativamente a estes valores.

Relativamente à pesca da Sardinha, fui informado também esta semana que foi tomada a decisão de fazer uma troca de quota da sardinha pela do goraz. Eu não percebo muito bem deste assunto, mas vou falar do que me explicaram, portanto, foi retirada esta quota à sardinha que, supostamente, deveria continuar mais uma semana por indicação da comissão de acompanhamento, ou seja, até à próxima semana haveria pesca da sardinha em Portugal, mas foi indicado a essa comissão de acompanhamento que no dia 26 de novembro a pesca da sardinha teria de encerrar no dia 30 de novembro, menos uma semana de pesca para os pescadores de Portugal, portanto, quatro dias antes avisam que tem de terminar a pesca da sardinha, além de que a pesca do goraz esteve interdita até ao dia 06 de novembro, o que não necessitaria de aumentar a sua quota retirando à sardinha. Isto prejudica os pescadores e obviamente a indústria conserveira, enquanto isso a frota espanhola vai continuar a pescar e a descarregar sardinha nos seus portos. Penso que o Município de Peniche deveria tomar uma posição relativamente a isto, pelo menos de indignação pela forma como este tema foi tratado através do Governo na gestão da quota.

Não sei se têm conhecimento, mas começou a circular uma petição para se constituir a Casa-Museu do Arquiteto Paulino Montez e como o Município tem todo o acervo do Arquiteto Paulino Montez e que estava patente no anterior Museu Municipal de Peniche seria importante avaliar esta hipótese. Nessa petição é sugerido a antiga Biblioteca como um local para se constituir esta Casa-Museu, penso que seria interessante ponderar estudar esta hipótese para termos realmente esse espaço de exposição de todo o trabalho do arquiteto que nasceu em Peniche e que desenvolveu vários trabalhos de urbanização, não só no nosso concelho, mas também em Lisboa e noutras zonas do país.»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Em relação à questão colocada pela Deputada Margarida Martins, esses três assuntos, sendo que irão ainda a reunião de Câmara, que é na próxima sexta-feira, portanto, também não virão de novo à Assembleia Municipal? São retirados e já não voltam.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Eu não vou avaliar, nem desvalorizar a questão da onda de violência, não o devo fazer, mas tivemos uma reunião da Comissão de Segurança há pouco tempo, estiveram os vários representantes das entidades presente e não senti, nem sentiram que haja uma onda de violência, há episódios de violência que devemos estar atentos e que devemos reagir. Em relação à segurança há um facto, que não é de agora e que é da responsabilidade de todos os Governos, que tem que ver com a falta de recursos humanos, para além dos recursos financeiros. Ontem, o senhor Ministro apresentou um pacote de investimento, mas em relação ao concelho há três questões que eu posso colocar em relação a recursos humanos, é uma insuficiência muito grande de qualquer uma das entidades que são responsáveis pela segurança, Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana e Polícia Marítima, é gritante, as competências e as responsabilidades que eles têm

para tão poucos recursos, não são só os baixos vencimentos ou as compensações, que penso terem sido resolvidas ou não, mas é o número de efetivos e esse é gritante. Também lhe posso dizer que na vinda do senhor Primeiro-Ministro a Peniche estive a falar com o senhor Secretário de Estado da Administração Interna e manifestei interesse em reunir com o próprio a propósito de um conjunto de assuntos, pela questão da segurança, mas também com o quartel da GNR, cujas obras de loteamento foram dadas como concluídas esta semana, e a intenção de investimento no sistema de videovigilância, portanto, há este interesse que é comum a todos os concelhos e vão sendo distribuídos pelos concelhos.

Em relação às dívidas ou não dívidas, eu não sei se o senhor Deputado Henrique Estrelinha tem isso de memória, há coisa que como não tenho de memória vou começar a usar um método que muitos Presidentes de Câmara usam, nomeadamente nas Assembleias Municipais, eu depois respondo, porque assim não falho. Eu não duvido sequer sobre o que está a afirmar, mas a senhora Vereadora Ana Rita Petinga sabe que tínhamos uma dívida considerável e que tinha que ver com um fator administrativo da OesteCIM que deixou de faturar, não processaram as faturas e acumulou um valor que em termos de tesouraria não foi fácil ultrapassar. Eu não vou dar este número como exato, mas acho que esta semana foram processados pagamentos na ordem dos duzentos mil euros para a OesteCIM e assinei ontem o plano de pagamentos que seguirá para pagamentos no princípio de dezembro no valor de trinta e cinco mil euros e sendo este o montante e pelo valor total do plano de pagamentos é que a maior parte da dívida está paga, mas vamos confirmar e informar o senhor Deputado.

Em relação à pesca da sardinha, até porque tenho alguma experiência na matéria e conheço bem os meandros da administração das pescas, diria que não vou manifestar nada, quando muito temos é de perguntar ao setor e à Secretaria de Estado das pescas ou à Direção Geral das Pesca o que é que aconteceu que, sinceramente, acho estranho, até porque estivemos reunidos, há pouco tempo, com a maior empresa de produção de conservas do concelho de Peniche, por outra razão, e foi-nos dito que não conseguiam ter a sardinha que necessitavam para produzir mais conservas de sardinha. Agora, todos sabemos que a frota reduziu substancialmente, mas vou tentar saber o que se passa. O senhor Vereador Ângelo Marques provavelmente sabe o que estou a dizer e provavelmente também sabe como é que trocam as quotas no final do ano, às vezes é por interesse do próprio país, não é só troca com outros países. Nós não temos capacidade para um setor, podemos ter capacidade para outro, eu não acredito que, se o setor quisesse continuar a pescar sardinha e que tinha quota, a Administração permitia isso, mas posso estar enganado.

Em relação à Casa-Museu do Arquiteto Paulino Montez, nós estamos a ter conhecimento dessas intenções da Casa-Museu sem terem nem sequer com a Vereadora da Cultura, depois, quem faz a gestão do património da Câmara ainda somos nós, apesar de haver muita gente interessada em gerir ou decidir sobre a pequena Biblioteca, mas nós já decidimos e quem vai para aquele espaço é o Setor da Educação e mais alguns setores que estão mal alojados. Não sei se leu a introdução às GOP, nós temos uma intenção e vamos apresentar uma proposta sobre a aquisição de património que vai permitir a constituição de um novo Museu, trata-se de uma área que, nos dois pisos, tem mais de 1000 m², apresentámos com a intenção de ser uma área que, para além de conseguirmos colocar o acervo da nossa história como concelho, aventei a possibilidade de também colocar outros componentes museológicos, nomeadamente as Rendas, o San Pedro de Alcântara, a Geologia, a Arqueologia, mas isso é para estudar, penso que poderá ser uma boa ideia. É verdade que há um acervo bastante considerável e grande parte dele não esteve em exposição, mas não há qualquer problema em relação a essa situação, mas tem de ser estudado. Se formos fazer um Museu para cada área que nós temos para apresentar é um pouco complicado, porque em termos de despesa não há dinheiro que vede, nós estamos a assumir um conjunto de responsabilidades que são consideráveis, que são legítimas, mas temos de ter algum cuidado em termos de gestão.»

Bruno Cruz (PSD):

Disse o seguinte:

«Obrigado, senhor Presidente, pela sua resposta, ainda que pouco elucidativa. Diz não desvalorizar este assunto mesmo depois de o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche ter feito uma intervenção, da qual eu já saúdo, em defesa da mulher, mas achar que assédio, gravar menores, muitas delas meninas, em praias, assaltos com tentativa de homicídio, um deles contra uma mulher idosa, não considerar isto uma onda de criminalidade violenta eu pergunto-lhe, isto é o quê? Uma onda de criminalidade fofinha?»

Henrique Estrelinha (PS):

Disse o seguinte:

«Relativamente à questão da sardinha, foi notícia, não inventei e não qualquer intenção de inventar este tipo de coisas, portanto, é um facto, aquilo que aconteceu foi inesperado e o setor já reclamou.

Relativamente à Casa-Museu foi uma sugestão, se não puder ser naquele sítio que seja noutro, se for num Museu global, também tudo bem, era importante mostrar realmente este acervo que existe, tal como existe outro acervo de outras coisas, relativamente ao Mar, às Rendas, etc., foi nesse sentido que falei sobre isto e também porque vi na internet esta petição que achei curioso e interessante.»

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor Presidente da Mesa deu a palavra aos cidadãos presentes que manifestaram intenção de intervir, apresentando-se de seguida, de forma sumária, nos termos do n.º 6 do artigo 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os esclarecimentos que foram solicitados e as respostas dadas:

EMA MARIA CARTAXO PEREIRA:

Disse o seguinte:

«O assunto que me traz aqui refere-se à minha habitação, na Rua do Ouro, n.º 21, em Atouguia da Baleia, e o primeiro assunto tem que ver com as águas pluviais que, em maio de 2014, eu pedi para que fosse feita uma vistoria, porque as águas, devido a um vizinho ter feito uma obras, passaram a entrar na propriedade. A propriedade é em declive, vai da Rua do Oitão à Rua do Ouro, e o que acontece é que quando chove com muita quantidade de água já aconteceu formar-se um patamar de água de 30 centímetros, entra na Rua do Oitão e saem na porta da Rua do Ouro, portanto, percorre a casa toda destruindo o pavimento, isso aconteceu uma vez, das outras vezes o coletor que é só para as águas da propriedade acaba por estar a coletar a água de toda a Rua do Oitão que desce e entra ali. Eu escrevi aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e disseram-me que não era possível, porque não tinham águas pluviais, mas acontece que, entretanto, eu via as caixas, há uma caixa no centro da rua do Largo do Oitão que tem, na minha opinião, altura suficiente para fazer a coleta daquelas águas, assim como existe no Sobral da Lagoa, eu fui lá ver, que é tudo em declive e têm coletores que coletam as água e depois são levadas para as caixas, e falando com os vizinhos, o meu vizinho Luís Chagas propôs que passassem os tubos das águas pluviais pela propriedade que eles têm na lateral. A minha questão é se a Câmara assume as responsabilidades, entretanto, isto já foi à Junta de Freguesia várias vezes, “sim, sim, sim, amanhã vamos fazer”, mas não acontece nada, o senhor Presidente da Câmara também já esteve em minha casa e já viu a situação, mas a situação está cada vez pior, agora toda a propriedade está

transformada num poço, tem musgo nas paredes, isso nunca existiu e cada dia está pior. Eu pergunto, se a Câmara não tem condições de resolver o assunto, o que é que eu faço.

Em 2012, pedi a vistoria da Câmara que fechou o n.º 23, porque tinha graves problemas de esgoto que escorriam também na minha casa, era o esgoto, era o terraço e ia para dentro da minha casa, então a casa ficou fechada até hoje, eles eram obrigados a fazer obras e nunca fizeram, como não fizeram a minha casa tem um quarto que está inabitável desde essa altura e, entretanto, há rachas na fachada da casa, rachas essas que eu decidi tapar e escrevi à E-Redes para retirar os fios e a E-Redes escreve que tem um orçamento de 500 euros para retirá-los e que eu tenho de pagar o ramal que eles vão fazer. Eu já lhes escrevi a dizer que eu não sou sócia da E-Redes nem sou sócia da EDP e que só quero que retirem os fios, o problema a seguir será deles, eu sou um consumidor normal e não tenho de fazer esse pagamento. Venho perguntar à Câmara qual é a situação em relação aos fios colocados sobre as fachadas, porque, entretanto, também tive conhecimento que em Lisboa a Câmara deliberou que as fachadas seriam limpas de fios e que seriam as entidades responsáveis por essa remoção gratuitamente, eu penso que não tenho de pagar esse valor e a fachada tem de ser recuperada. O ano tive uma vistoria do seguro que não assume os riscos e que diz que os riscos são tanto do n.º 19 como do n.º 23, porque a casa tem duas casas mais altas na lateral e que agora estou a sofrer o mesmo problema com o n.º 19 que entretanto virei à Câmara para também irem fazer uma intervenção que eu espero que não seja igual à do n.º 23 que até agora não resolveram nada e só este ano que a casa foi vendida venho a descobrir que a casa não é uma habitação é uma garagem e não sei como é que foi vendida. Ao reparar o telhado descobro também que as duas casas, tanto o n.º 19 como o n.º 23, estão em cima da minha casa, não sei como é que foi possível ser permitido obras em que as duas casas ficam em cima da minha casa. Preciso saber o que é a Câmara pode fazer para me ajudar ou se assume os danos relativamente às águas pluviais, o que é que vai acontecer, porque tem de haver uma solução, eu não posso continuar a viver numa casa em que agora é um poço e tenho um desumidificador a trabalhar dia e noite com um cano a deitar água para a rua, porque está continuamente a drenar água.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Do que me lembro a casa está mesmo num poço, mas eu não sei o que aconteceu, não sei que obras foram feitas, não sei porque é que não fizeram os pluviais, recordo-me que, ainda no mandato passado, com o senhor Afonso Clara, fomos àquela rua e à outra rua e que para resolver a situação dos pluviais tinha de atravessar uma propriedade em frente a uma propriedade à direita, numa rua sem saída. Vou ter de voltar a ver a situação e convido o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia e vamos ter de ver como é a obra e perceber o que vamos partir na propriedade dele e quanto é que isso custa, temos de avaliar. Quanto aos pluviais, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento têm razão, não são os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento que fazem os pluviais, quem faz os pluviais é a Câmara com a ajuda das Freguesias, portanto, o que proponho é que durante a próxima semana possamos ir ao local fazer a avaliação. Há coisas que as pessoas entendem que é competência ou que é a Câmara que tem de intervir, a maior parte das vezes são conflitos entre vizinhos.»

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse o seguinte:

«A questão dos pluviais que a senhora Ema está a falar, neste momento, resolve-se com alguma facilidade. Havia a dificuldade porque a proprietária de uma casa que lá existia não deixava o pluvial passar no quintal, entretanto a senhora faleceu, os sobrinhos é que ficaram com aquilo e neste momento todos deixam que se passe lá os pluviais para resolver a questão do Largo do Oitão,

mas temos de ter alguma brevidade, porque vão vender a casa e quem adquirir a casa pode incorrer novamente nessa dificuldade de não deixar passar lá o pluvial que vão depois desaguar na Regueira do Poço.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Se é fácil vamos executar fazemos já o contrato, a Câmara dá, por contrato de obra, os materiais, a Junta de Freguesia põe lá os seus homens e nós damos apoio técnico.»

EMA MARIA CARTAXO PEREIRA:

Disse o seguinte:

«Gostava de perceber a questão da E-Redes, se eu tenho de pagar o valor e esta questão dos fios na parede e das caixas da E-Redes, se sou eu que tenho de pagar o ramal.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Se for a E-Redes a ter de pagar como a senhora Ema Pereira está a colocar e que a Câmara Municipal de Lisboa diz que é assim, para nós é bom, é a forma de enterrar os cabos todos que temos por aí, mas não lhe dou certezas, ninguém lhe dá certeza, agora, admito como possível.»

EMA MARIA CARTAXO PEREIRA:

Disse o seguinte:

«A deliberação da Câmara Municipal de Lisboa não faz procedência sobre as outras Câmaras?»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que não e que nem sabia o que tinha sido decidido pela Câmara Municipal de Lisboa.

EUGÉNIO NUNES:

Disse o seguinte:

«A questão principal tem a ver com o jardim na Bufarda, um espaço que foi adquirido há cerca de seis anos com a colaboração da Câmara Municipal e no dia 03 de fevereiro de 2021 a senhora Arquiteta Ana Carriço enviou-nos o projeto via email para nós nos pronunciarmos se haveria alguma situação em que nós pudéssemos comentar ou dar alguma sugestão. Sugerimos uma situação que tinha que ver com as entradas e saídas para o dito jardim, o projeto que ela idealizou simplesmente tinha uma entrada e saída diretamente para a passagem de peões e nós sugerimos como sendo um perigo, tendo em conta as atitudes que as crianças têm, e sugerimos que fossem colocadas três zonas de acesso, entradas e saídas, uma delas no topo norte a pensar na situação dos cadeirantes. Depois de nos termos pronunciado ficámos convencidos que as obras iriam avançar nesse sentido, no entanto, quando as obras foram iniciadas nós fomos surpreendidos, estou a falar em nome dos residentes, pelo tipo de obra que começou a ser executada. Aquela obra ou aquele projeto, se é que é projeto, nada tem que ver com o projeto inicial que a senhora Arquiteta Ana Carriço nos tinha enviado. Ficámos surpreendidos, gerou polémica entre os residentes, porque deixou de haver uma rua que circundava, era quase uma ilha, e esse dito terreno tinha rua

envolvente, agora parece que não vai ter, as obras já avançaram e está realmente fechado. Isto deu origem a um abaixo-assinado que foi entregue na última reunião de Câmara aos senhores vereadores que estavam presentes e as coisas não correram tão bem assim. Pensando bem e por aquilo que nós sabemos, este tipo de obras municipais e não só, públicas também, obedece à fixação de editais para que todas as pessoas possam ter conhecimento do que vai acontecer naquele espaço, isto não aconteceu, não sei se há projeto, diz que há, eu não acredito que haja, até por que este nosso projeto já vem desde 2021 e agora estamos aqui num impasse. Perguntasse o que é que se vai fazer a esta situação. A obra vai prosseguir, vai ficar embargada, vamos dar atenção ao projeto inicial, aquele que realmente toda a gente está de acordo.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Eu não sei como são os contactos feitos com o senhor Eugénio, para além daqueles que eu fiz em tempo, não sei quais foram as promessas ou se existiram essas promessas. O senhor Eugénio disse que não acredita que haja projeto, mas há projeto com parecer favorável da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia e está a ser executado. Admitimos que quando se elaboram os projetos, depois, na sua execução, possa haver algumas insuficiências ou alguma coisa menos bem tratado e procuramos corrigir em obra, agora, todos nós temos direito à opinião e por aquilo que eu percebi, do relato que o senhor Eugénio fez daquilo que idealiza, era manter a rua junto ao café, eu pessoalmente não concordo, acho que aquela é uma zona que deve ser dada aos peões, será para dar segurança aos peões, esse é que é o objetivo, logicamente que isso provoca muitas reações, mesmo aqui na cidade, às vezes, se prejudica o desenvolvimento, porque, por vezes, com as pressões vai-se cedendo aqui ou ali e depois as coisas não resolvem, há outros concelhos que o conseguiram fazer melhor. O projeto foi aprovado, tem parecer favorável da Junta de Freguesia. A Junta de Freguesia, a nosso pedido, está a executar a obra, com o nosso apoio e com o nosso acompanhamento, nem estou a ver qualquer hipótese de voltar atrás.»

EUGÉNIO NUNES:

Disse o seguinte:

«Senhor Presidente, nada disto estaria a acontecer, supostamente, se tivesse sido afixado lá um edital a informar que tipo de obra ia ser executada no local, isto não aconteceu, parece que a lei obriga e então eu pergunto, mas porque é que esse edital não foi lá afixado? As pessoas, entretanto, iriam chegar a um bom senso, com certeza, se achariam bem ou não, porque os residentes também têm uma palavra a dizer segundo a lei e isso não aconteceu. Pergunto porquê? Se isto tivesse acontecido não haveria esta situação, a obra supostamente não teria avançado com os moldes que avançou, eu vejo e eu sou um residente da área, sinto-me prejudicado, quem vier do lado de Ribafria tem de fazer o contorno numa curva com cerca de quarenta e cinco graus quando não tinha necessidade, entrava na frente, por outro lado, estamos a inviabilizar o acesso aos espaços comerciais, portanto, eu, sinceramente, como residente da zona não concordo, a obra já vai no ponto que vai, é pena que tenha avançado, porque nós quando cá viemos com o abaixo-assinado o senhor Presidente até falou que ia mandar parar a obrar e a obra não parou, podia ter parado e ainda estava num ponto em que não haveria grande prejuízo, a única coisa que estava concluída era o passeio na frente da Rua Principal, não havia mais nada feito, ou seja, o que estava feito era para aproveitar, então eu pergunto, porque é que a obra realmente não parou, não fomos conversar e avaliar a situação, esta é a questão que nós colocamos, portanto, parece que há aqui uma pressão e agora já é tarde para voltar atrás. É pena que as coisas se processem assim, não devia ser, na minha opinião. Se esse projeto está realmente aprovado, eu gostaria de saber qual a data da aprovação, eu andei a consultar as atas e não encontrei em lado nenhum a aprovação deste projeto, se é que é um projeto,

porque um projeto tem cabeça, tronco e membros, tal e qual como a senhora Arquiteta Ana Carriço enviou para nós, não é isso que parece que exista, se há, talvez um esboço, não sei, mas uma coisa é certa, projeto, pelo menos aquilo que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador, me mostrou não me parece um projeto e eu não sou desenhador, não sou projetista, mas uma coisa é certa, duvido que as coisas estejam a funcionar dentro da legalidade, isto é, a nível das obrigações, porque a Câmara também tem obrigações, tal e qual como todos os municípios têm, a Câmara exige a afixação de um edital quando se constrói uma obra e nós continuamos a perguntar, porque é que não foi afixado lá o edital para alertar as pessoas, o tipo de obra e depois a partir daí chegar-se-ia a uma conclusão.»

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Apresentou uma sugestão relativamente à questão da data, tendo em conta que de memória seria extremamente difícil para o senhor Presidente ou algum dos técnicos presentes saber, mas posteriormente poderia eventualmente ser informado sobre o assunto.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse o seguinte:

«O senhor Eugénio Nunes acabou de afirmar que aquilo que o Presidente de Junta de Freguesia lhe mostrou não era um projeto, era um rascunho. Quero dizer que isso foi-lhe mostrado a ele e a quem o acompanhou, seguramente, há mais de um ano e durante esse último ano a pressão era quando é que a Junta de Freguesia iniciava a obra, nunca se questionou o projeto, só depois de a Junta de Freguesia iniciar a obra é que começou a questionar o projeto, portanto, acho que alguma coisa está mal, porque eles tiveram conhecimento da alteração que tinha sido feita ao projeto, não sei se o projeto foi à Câmara ou se não foi, isso já é da parte da Câmara, da parte da Junta de Freguesia foi solicitada e até fez um acordo de obra com a Câmara Municipal e estava sempre a ser questionada, tanto pela Câmara Municipal como pelos residentes da Bufarda de quando é que começávamos a obra, acho muito estranho que no dia a seguir a iniciar a obra venha com este argumento de que não concordavam com aquela obra, mas a Câmara é que é dona e senhora da obra.»

EUGÉNIO NUNES:

Disse o seguinte:

«O que aconteceu e que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador, falou no dia que nós fomos conversar com ele, numa terça-feira, e que ele nos mostrou esse dito projeto, que eu não considero projeto, ele falou “isto é o que vai ser lá feito” e eu disse-lhe sempre, por mim não tem concordância, isto foi a minha posição sempre, desde o primeiro minuto, eu não concordo, portanto, o senhor Fernando, a pessoa que me acompanhou, disse assim “Eugénio, se a gente começa aqui a implicar eles nunca mais fazem, já viste à quanto tempo andamos nisto, temos de aceitar o que eles quiserem”, não é assim, portanto, as pessoas têm os seus direitos e eu continuo a perguntar e ainda ninguém me respondeu, porque não foi aplicado lá um edital para que as pessoas pudessem-se pronunciar, porque as pessoas falam, eu não sou representante de toda a gente, eu tenho a minha opinião e tenho o direito de a ter como cidadão, agora, não vou decidir pelos outros, eu nunca concordei, desde o primeiro minuto, e o senhor Presidente da Junta de Freguesia sabe disso.»

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse o seguinte:

«Mais uma vez acho estranho da parte do senhor Eugénio Nunes, o facto de ele estar a dizer que nunca concordou com aquela alteração ao projeto, mas andava sempre de roda de mim para que eu iniciasse a obra, se não concordava com projeto tinha de dizer que não concordava com o projeto e que não se iniciasse a obra, andava constantemente a pressionar para que eu iniciasse aquela obra, no dia que eu inicio aquela obra são contra o projeto. Em relação ao projeto, a Junta de Freguesia teve conhecimento da alteração ao projeto, agora, se o projeto tem de ser afixado ou não já é da parte da Câmara, da parte da Junta de freguesia fez aquilo que lhe competia e aquilo que assumiu.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Nós vamos informar o senhor Eugénio Nunes, durante a próxima semana, qual é que foi a data da aprovação do projeto. O senhor Eugénio Nunes conhece três projetos, um primeiro projeto que foi uma sobrinha sua que fez e que dentro dos serviços não avançou nesse sentido, porque não houve a concordância, houve um segundo projeto que foi trabalhado com a senhora Arquiteta Ana Carriço que era para fazer uma empreitada e por isso é que tinha a estimativa de custo, depois decidiu-se que era preciso fazer uma alteração, fez-se a alteração, esse alteração foi feita, com o acompanhamento da senhora Arquiteta Ana Carriço, mas por outro arquiteto do Município e foi aprovado em reunião de Câmara. Se me perguntarem se têm de ser todos afixados em editais, nós depois da última vinda a reunião de Câmara convidámo-lo para vir cá novamente para olharmos para o projeto, o senhor Eugénio Nunes não teve disponibilidade para vir, mas o casal que veio consigo à reunião de Câmara veio, colocou as suas questões e nós procurámos ir ao encontro daquilo que era pretendido que era o acesso à sua garagem. Eu estive lá duas vezes com o senhor Presidente da Junta de Freguesia e estive lá, pelo menos, mais uma vez, as pessoas viam-me, não perguntei nada a ninguém, estavam lá os comerciantes e não nos colocaram nenhuma questão, agora, aquilo que eu conheço da Bufarda cada obra que nós formos fazer e afixarmos lá o projeto de certeza que vai haver sempre alguém que não concorda. Nós no essencial, para nós quem representa a população da Bufarda nestas situações é a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, independentemente do processo, porque se houver possibilidade de ser um processo participado para encontrar as melhores soluções, penso que todos nós estamos de acordo com isso. É verdade que eu pressionei várias vezes o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia para executar a obra, ele estava com outras obras e quando se disponibilizou foi fazê-la e nós ficámos satisfeitos, aliás, já tem mais compromissos para fazer mais obras na Consolação e em outros lados.»

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse o seguinte:

«Nós estamos a fazer a obra à três semana, é raro o dia que eu não passe naquela obra e nunca ouvi qualquer pessoa a reclamar em relação à obra, as únicas reclamações que eu tenho ouvido é aqui e quando foram à Câmara reclamar e tem sido da parte do senhor Eugénio Nunes de resto as pessoas estão satisfeitas com a obra, querem ver a obra pronta por isso acho muito estranho.»

JOSÉ FÉLIX DE JESUS:

Disse o seguinte:

«Nós falamos cada vez mais na mobilidade reduzida, mas naquela obra tem uma passadeira virada a três ou quatro graus, os lancis têm à volta de 12 ou 15 centímetros de altura, agora diga se uma pessoa de cadeira de rodas tem acesso àquele jardim ou atravessa a Rua Principal e no segundo projeto tinha uma entrada junto ao café e dava acesso às cadeiras de roda.»

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA **(CONTINUAÇÃO)**

APRECIACÃO DE OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:

A Assembleia Municipal retomou o período de apreciação de outros assuntos de interesse para o Município, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Hugo Martins (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Pedi a palavra, porque sinto a necessidade de acrescentar mais alguma coisa a um tema que já foi aqui debatido, a Saúde, e dividi-lo em três grandes assuntos, os médicos de família, o Serviço de Urgência Básica do Hospital de Peniche e o novo hospital da região Oeste.

Há poucos dias foi lançado um concurso público para a contratação de 904 médicos de especialidade de Medicina Geral e Familiar e foram contratados apenas 279, ou seja, quase 70% das vagas ficaram por preencher, isto é um sinal muito preocupante em relação aos médicos de família, o Governo abriu o maior número de vagas, até mesmo nas universidades, mas como já disse um médico demora cerca de 10 anos a formar-se e isso depois repercute-se na falta de respostas que as populações, em todo o país, têm e, sobretudo, cabe-nos a nós falar relativamente ao concelho de Peniche em que algumas freguesias têm uma grande necessidade de profissionais de saúde e é muito difícil resolver num curto prazo, estamos a pagar caro a falta de medidas que houve no passado, até porque muitas vezes temos indicações do Governo e dizem às pessoas para não se dirigirem aos Serviços de Urgência Básica se não for absolutamente necessário e isso acontece, porque há falta de respostas nas consultas de especialidade, são demasiado demoradas e as pessoas, como não têm essas respostas, fazem uma maior pressão sobre o Serviço de Urgência Básica do Hospital de Peniche que é um direito inegociável, já disse que temos de unir esforços, é impensável, na minha opinião, encerrarem o Serviço de Urgência Básica de Peniche e lanço aqui o repto ao senhor Presidente de Câmara que disse que “se necessário for manifestamo-nos”, eu estou disponível, eu acho que todos nós estamos disponíveis para dar essa força que é necessária para nunca colocar em causa o nosso Serviços de Urgência Básica.

Relativamente ao novo hospital, é um assunto também ele complexo, a falta dele no futuro pode mexer com a nossa qualidade de vida e a esperança média de vida cada vez é maior e o aumento da população portuguesa também acontece, ainda bem que as pessoas vivem mais tempo, é isso que todos nós queremos, viver mais tempo e com mais qualidade de vida e isso exige uma melhor resposta por parte da saúde no nosso país. Ainda sobre o novo hospital, o anterior Governo definiu o Bombarral como a localização para o novo hospital, mas será que ao dia de hoje nós podemos dizer “temos a certeza absoluta que o novo Hospital do Oeste vai situar-se no Bombarral?”. Eu coloco essa dúvida, porque sabemos que as Caldas da Rainha e Óbidos ainda não desistiram dessa ideia. Este novo Governo do PSD/CDS deu indicações para existir um estudo, não sei se este estudo de viabilidade financeira já vinha do anterior, e estamos a aguardar que esse estudo seja feito, agora, eu também estou na OesteCIM, na Assembleia Intermunicipal do Oeste, e no início do mandato sinceramente eu estava com esperanças de que pelo menos a primeira pedra do novo hospital da

região Oeste iria acontecer este mandato, até porque temos outros hospitais, como o novo Hospital de Sintra que estará prestes a ser inaugurado e nós no Oeste por falta de, eu diria, consenso político passa-nos ao lado esta realidade que tanta falta nos faz, quem tem algum dinheiro vai ao privado, mas quem não tem dinheiro fica sem saída, pode muitas vezes ter a sorte de ir ao hospital público e são atendidos com serviço de excelência se houver disponibilidade para isso e se for um dia em que não haja grande afluência, mas depois também sabemos que mesmo no Hospital de caldas da Rainha há situações desumanas. Em resumo, é uma sensação de impotência muito grande, mais um mandato em que o novo Hospital do Oeste vai passar--nos ao lado infelizmente e lamento. Nós temos palavra na OesteCIM, temos de fazer essa força para existir uma solução rápida, mas essa decisão não passa muito por nós, passa por uma posição de força do Governo Central. Relativamente às urgências, depende de nós, sempre do Governo, mas a forma como debatemos esse assunto e nesse sentido pergunto, em resultado do comunicado da Coligação Democrata Unitária que foi aprovado em reunião de Câmara e na Assembleia Municipal, se já existe alguma resposta por parte da senhora Ministra da Saúde, relativamente aos problemas levantados.»

Margarida Martins (PSD):

Disse o seguinte:

«O senhor Presidente disse que efetivamente não havia um estudo, também não sou técnica da área, não sei fazer esse estudo, mas se há coisa que as informações escritas para a Assembleia Municipal nos dão são dados e tenho aqui uns dados de setembro e outubro de 2021 sobre o número de pernoitas que o parque de campismo municipal tinha na altura, em setembro de 2021, tínhamos 7.596 pernoitas e em outubro de 2021, 4.168 pernoitas, no mínimo aqui perdemos ou se calhar tirar uma relação muito complicada, mas estamos a perder aqui um grande desenvolvimento económico para o nosso concelho, a Câmara ganha a renda do concessionário, mas que perde são os nossos comerciantes, os nossos empresários do concelho que todos nós sabemos que vivem muito da sazonalidade do nosso concelho.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Como fiz em relação ao anterior Governo tenho a mania de confiar e acreditava que estavam a ser tomadas as medidas para construir o novo hospital e acredito que seria construído, como acredito que a senhora atual Ministra quando referiu que o Governo ia tomar uma decisão no próximo ano e inclusive está considerada uma verba em Orçamento de Estado para estudos, portanto, vamos aguardar o cumprimento daquilo que nos foi dito.

Em relação ao Serviço de Urgência Básica eu acho que o senhor Deputado Hugo Martins está a assumir responsabilidades locais que não são responsabilidades locais, eu sei qual é a dificuldade de contratar, porque aquilo é contratar pessoas fora do quadro, às vezes valores muito significativos e mesmo assim não é fácil e uma das razões é que as mesmas pessoas que vêm para aqui estão a ser contratadas para a zona envolvente de Lisboa pelos mesmos preços e não têm de se deslocar, portanto, é um problema estrutural, logicamente, nós temos obrigação de reclamar, de reivindicar, de fazer o que for possível, mas temos de ter consciência disto, e uma dificuldade acrescida.

Em relação à questão do parque de campismo, eu fiz questão de ficar com o Pelouro do Parque de Campismo, porque tinha o Pelouro das Obras Municipais, e mesmo com o esforço muito grande da equipa da Câmara de Pedreiros e de outros trabalhadores durante o mandato passado que fizeram algumas alterações muito interessantes, chegámos à conclusão que não tínhamos dinheiro para fazer aquilo que era preciso e estávamos a falar em quatro milhões em infraestruturas, logicamente que são muito mais de quatro milhões. Nós também gostávamos que aquilo tivesse começado as obras imediatamente, a empresa infelizmente mudou três vezes de Conselho de

Administração, agora parece que as coisas estão mais normalizadas e aguardamos que iniciem as obras. Fazer o balanço negativo das coisas, eu assumo todas as responsabilidades, mas perder tempo com algumas coisas que não resolvem o processo não vale a pena. A questão das mais-valias, se conheceu bem o parque, também sabe que aquilo era quase um bairro para muitas das pessoas que estão aqui e felizmente que as coisas correram bem, nós até estávamos preparados para não correr tão bem. Eu espero que daqui a uns anos digam que eu até tinha razão, que aquilo até está um equipamento espetacular e que depois vai permitir outro desenvolvimento que hoje não permite, aquele parque estava esgotado e parece que ninguém quer assumir que aquilo estava mais que ultrapassado. Eu duvido que era aconselhável ser os serviços municipais, com trabalhadores municipais a gerir aquilo como era gerido e depois, em termos de rentabilidade, para além das pernoitas, nós tínhamos as contas da receita e da despesa e não estava despesa toda, porque não conseguíamos contabilidade de custo. Vamos ter esperança que as coisas se resolvam a curto prazo, porque sinceramente se as coisas correrem mal quem fica mais mal na fotografia sei que sou eu, mas não foi com essa intenção, eu quis fazer um bom negócio para a Câmara, queria que se construísse ali um bom parque de campismo para o concelho.»

Hugo Martins (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Eu não disse que o Município devia assumir responsabilidades que não são suas, já basta em algumas áreas que isso acontece.»

João Oliveira (CHEGA):

Disse o seguinte:

«Sobre o tema, ainda, da Saúde, perguntou se já mereceu a atenção do senhor Presidente e da Câmara o Plano de Implementação de um Plano de Saúde Municipal que esta bancada entregou.

Na sequência daquilo que também foi já aqui largamente discutido e uma vez que teve a oportunidade de estar com a senhora Ministra da Saúde, temos alguma ideia se, de facto, na sequência da moção que foi por todos nós aprovada, que foi apresentada pela Coligação Democrata Unitária, vamos ter o privilégio de ter a senhora Ministra da Saúde na Assembleia Municipal.

Quero perguntar se já temos algum desenvolvimento também na lista de empresas que estão elencadas para se colocarem na futura zona industrial do Vale do Grou.

Já foi estudado pela Câmara Municipal um planeamento de tipologia de indústria ou se continuamos a ter apenas a esperança de que a indústria venha até nós sem tomarmos nós uma atitude proativa de captação de indústria que nos convenha para o futuro do concelho.

Já temos algum desenvolvimento, que nos tenha sido entregue pelo responsável da Associação Nómadas Digitais, que nos foi prometido por ele mesmo, mas que a mim, aparentemente, não me chegou e eu fiquei sem saber mais nada sobre este tema e como são assuntos que nos tomas o tempo das Assembleias eu gostaria de vê-los desenvolvidos, obviamente.

Se me permitirem, duas palavras sobre a intervenção do senhor Deputado Hugo Martins, os médicos não se contratam, já falámos sobre isto aqui, porque eles mesmos não querem ser contratados, eles não estão satisfeitos com as condições de trabalho cá e em segundo lugar, à parte do nosso próprio Governo Nacional, que neste momento pouco decide sobre os destinos de Portugal, nós fazemos parte de uma comunidade europeia que tem uma comissão que decide grande parte daquilo que nós fazemos, a verdade é que a aposta na medicina está a começar a ser desviada do modelo tradicional que nós conhecemos para outros modelos tecnológicos e, nomeadamente, a figura de um médico vai lentamente, nos próximos cinco/dez anos, ser substituída por tecnologia e, portanto, nesta fase o que nós precisávamos era de ter maior capacidade para poder acompanhar

este tipo de evolução e em vez de resistirmos a ela, anteciparmo-nos a ela que é o que não estamos a fazer, vamos ser vítimas de nós mesmos, como nação.»

Bruno Cruz (PSD):

Disse o seguinte:

«Quero agradecer a intervenção do senhor Deputado João Oliveira que trouxe um assunto importante e a minha intervenção também vai, de certo modo, de encontro à intervenção feita no contexto da saúde, porque, de facto, é assim que se tem um concelho ou um país de sucesso, é antecipando os riscos e combatê-los antes de chegarem até nós e neste sentido, ainda no tema da saúde tendo noção de que há um ou dois anos quando as urgências fecharam na época, tão difícil do Natal e Ano Novo, quero perguntar se já está a ser desenvolvido algum trabalho, tendo noção certamente que nem tudo cabe à Administração Local, ou pelo menos uma avaliação dos riscos para essa altura, relativamente à saúde e o plano para os combater para além de todas as reivindicações que esse é o plano habitual.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Em relação à proposta de intervenção de saúde que o senhor Deputado João Oliveira nos apresentou, eu pedi a colaboração de duas pessoas que trabalham connosco para fazer a avaliação e pretendia abordar esse assunto com a Comissão de Acompanhamento da Transferência de Competências da Saúde, porque tem pessoas com competências na área da saúde, confesso que a mim surgiram imensas dúvidas. Este será o setor mais sensível, porque é uma questão estrutural, o problema foi criado lá atrás não se tomaram as medidas e hoje estamos a pagar e como o senhor Deputado João Oliveira referiu, provavelmente não nos estamos a ajustar, nem em relação a esta questão nem a outras, quando falamos nas alterações climáticas acho que ainda estamos na lua e ninguém quer acordar e o mundo vai pagar por isso.

Em relação à zona industrial do Vale do Grou, eu, sinceramente, fiquei desiludido, mais uma vez, com as sucessivas reações em relação à zona industrial do Vale do Grou e com as propostas que vieram. Nós tínhamos referenciado um conjunto de empresas que para nós em suficientes para os terrenos que nós conseguimos disponibilizar em termos de loteamento e posso confessar que a empresa que pretendia o lote maior, cerca de 90.000 metros, que assiduamente me contactava, eu convidei-o para vir a essa reunião e ele nunca mais me contactou. Estudar o que é viável ou aconselhável para ali, sinceramente, neste momento não, vamos fazer o estudo de viabilidade económica, logicamente, para o próximo mantado se poder pronunciar sobre isso, ainda vamos fazer uma proposta de aquisição de uma das propriedades com vários objetivos.

Em relação aos Nómadas Digitais é um processo que foi rejeitado pela Assembleia Municipal, eu senti isso, de qualquer forma, lembrou-me que quem veio fazer a apresentação ficou de prestar mais alguma informação e vamos tratar que se faça o contacto e ver o que pode acrescentar.

Em relação ao senhor Deputado Bruno Cruz, nós vamos mesmo substituir o Governo, agora, aquilo que está a pretender dizer de a Câmara substituir-se ao Governo e tomar decisões, quer dizer o Governo não consegue, planos? Há Presidentes de Câmara que estão a querer decidir contratar médicos, mas a Câmara substituir-se não, o Governo, a Unidade Local de Saúde tem de encontrar soluções para o problema que está criado.»

Bruno Cruz (PSD):

Disse o seguinte:

«Obrigada pela resposta, mas em momento algum afirmei, porque tenho a plena noção daquilo que está escrito nas competências dos diversos órgãos de soberania e demais órgãos

regionais, que a Administração Local deve substituir a Administração Central, o que eu disse e questionei e que, sim, é uma incumbência de qualquer Câmara e até Junta de Freguesia fazer uma avaliação de riscos e até um plano de preparação e de sensibilização da população para a potencialidade dos hospitais e das urgência estarem fechadas numa altura extremamente crítica como é do conhecimento de todos, foi isso que eu perguntei, não afirmei que a Administração Local tem de substituir a Administração Central, porque isso era um erro crasso.»

João Oliveira (CHEGA):

Disse o seguinte:

«As perguntas que fiz foi no sentido de tentarmos perceber se nós, à parte o atual executivo, temos intenção de criar um plano estratégico municipal, qualquer coisa que nos possa dar um vislumbre de futuro, a 10, 20, 30 anos, que depois nunca será executado com precisão e todos ele como nós o imaginamos e idealizamos, mas se não o tivermos nós sabemos para que rumo é que vamos, navegamos à vista e a zona industrial é estratégica, sobretudo neste momento as alterações industriais e tecnológicas estão a operar-se pelo mundo fora.

Sobre o tema saúde, no próximo dia 06 de dezembro vou estar presente numa reunião que vamos discutir a implementação de clínicas nas Astúrias e em Oviedo, norte de Espanha, que começam a implementar tecnologia que dispensa a presença parcial, pelo menos com tanta fadiga, do corpo clínico e passa a ser o corpo clínico quase que uma espécie de consultor da tecnologia, portanto, um backup que garante e assegura e isto vai facilitar enormemente não só o erro clínico não acontecer como, sobretudo, o acesso à medicina de forma simples, está ligado ao tal plano de saúde que eu estava a falar, portanto, eu coloco-me ao vosso dispor para esclarecer-vos sobre tudo oque quiserem e entenderem sob pena que possam dizer “não, nada disso interessa”.»

Luís Almeida (PSD):

Disse o seguinte:

«O senhor Presidente vai-me desculpar, mas terem-lhe pedido um estudo de viabilidade económico para o Vale do Grou até é bastante interessante para si, porque agora não se desenvolve nada, porque sem estudo não podemos avançar, porque pedimos a viabilidade e como o senhor Deputado João Oliveira disse, a questão do Vale do Grou não é propriamente uma questão de viabilidade, é um elemento urbanístico necessário, portanto, devemos trabalhá-lo para termos a maior viabilidade possível, o que está aqui em causa é uma estratégia anterior ao estudo de viabilidade, em que a Câmara estava a querer avançar com um pedido de oito milhões de euros sem qualquer candidatura ou sem qualquer possibilidade de alavancar o investimento que se estava a fazer e não considerou a possibilidade de ao invés de ser oito milhões de euros ser quatro milhões de euros e adquirir só os terrenos para ter um suporte mais sólido exatamente para o estudo e para uma eventual candidatura, esta é que é a questão, e por que é que nós não avançamos com essa parte da aquisição dos terrenos na tentativa de ver que tipo de apoios é que podemos fazer e estamos agora à espera do estudo de viabilidade. Eu proponho ao executivo da Câmara para levar isto novamente a reunião para discutir a questão do estudo de viabilidade e para, eventualmente, se ultrapassar a necessidade do estudo para que isto se desenvolva, porque isto é uma questão fundamental e eu sei bem o que é que o senhor Presidente está a pensar, provavelmente eu estou a contrariar a minha própria bancada, mas isto tem de ser dito aqui.

Sobre a saúde, é uma reflexão que tenho feito muito e não tem nada a ver por aqui, porque é quase ideológica. Quando não havia meios nenhuns para a sociedade, a sociedade organizou-se nas Misericórdias e etc., precisamente para resolver problemas que estavam e falta, o que é que acontece no meu ponto de vista, com a questão do Serviço Nacional de Saúde tudo ficou centralizado no Estado, as responsabilidades vão todas para o Estado e todos nós achamos que não temos de fazer nada, nem vale a pena fazermos nada, porque o estado é que tem aquela

responsabilidade e tudo o que nós dissermos não vai ser assumido nem vai ser considerado. Tenho refletido muito sobre isto e penso que não, penso que temos de nos voltar a organizar localmente, temos de voltar a pensar uma estratégia em que participando, provavelmente, com os Bombeiros, com as Misericórdias e com tudo o mais, no sentido de termos uma palavra a dizer, até substituírmo-nos ao Estado quando isso for necessário, gastamos tanto dinheiro em coisas que são muito menos importantes do que a saúde que vale a pena equacionar-mos se não será interessante gastarmos dinheiro para garantirmos aos nossos cidadãos determinados requisitos e, nesse sentido, estou em concordância com o senhor Deputado João Oliveira.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Voltando à questão da saúde e à questão do plano, senhor Deputado Bruno Cruz, há uma questão que acontece sempre neste concelho, há coisas que funcionam mal neste concelho, mas há uma questão que funciona muito bem, no meu ponto de vista e com grandes esforços de um conjunto de pessoas, são os nossos Bombeiros, é o nosso Comandante e o nosso Coordenador da Proteção Civil e logicamente que há um plano que nos deve deixar descansados, é um plano que é muito exigente, às vezes é um esforço daquela gente toda que, particularmente nos dias que o Serviço de Urgência Básica está encerrado, têm de garantir conseguir ambulâncias permanentemente para levar todas aquelas pessoas que não têm transporte ou que estão em condições que não podem ser transportados por um veículo normal e isso dá-nos garantias de que estamos em segurança, até um dia, se as coisas correrem para além daquilo que é o razoável, logicamente que podemos ter aqui um problema, temos muitas sorte por termos os Bombeiros que temos.

A zona industrial de Vale do Grou não é de hoje, nós começámos a trabalhar a zona industrial de Vale do Grou o mandato passado, apresentámos uma candidatura, mal, mas aquilo que nós avaliámos é mais favorável não apresentar uma candidatura do que apresentar uma candidatura, mas não temos tempo para isso. Se o senhor Deputado Luís de Almeida me perguntar se eu concordo com a proposta que fez, em relação à aquisição dos terrenos que já tinha feito numa reunião anterior, eu não concordo, logicamente não faz sentido nenhum, porque não eram oito milhões, é como o asfaltamento em 2018 era de um milhão, logicamente que agora são dois milhões, agora ninguém tem o controlo dos custos, nem da matéria-prima, nem dos serviços. Se a Câmara tivesse uma situação financeira que permitisse comprar os terrenos, nós temos estado a comprar algumas propriedades, há pouco tempo comprámos para o alargamento do Cemitério de Atouguia da Baleia. Nós temos uma proposta que está trabalhada para preparar a aquisição de um dos terrenos da primeira fase, mas não temos situação de tesouraria para fazer, mas podemos fazer isso até por que nos permite avançar para outra necessidade do concelho que apresentaremos em breve. Nós podemos não estar de acordo, mas eu respeito a opinião do senhor Deputado Luís Almeida, mas coloquem-se no meu lugar. Eu comecei a tratar deste processo logo que entrámos com privados e não conseguimos desenvolver, foi pena, porque aquilo, na minha opinião, para investidores é um bom negócio, mas isso está ultrapassado, vamos ver se conseguimos o documento, a avaliação económica, e depois podemos conversar, provavelmente na próxima Assembleia Municipal.»

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Em relação à saúde corroboro com as opiniões dos senhores Deputados João Oliveira e Luís Almeida de que há matérias em que efetivamente a Câmara com pequenos gestos pode fazer muita coisa e, efetivamente, o ano passado e penso que em sede de orçamento apresentei algumas propostas nesse sentido onde a Câmara poderia criar condições para se substituir em matérias da competência da Administração Central, mas que poderia também investir nisso. Pegando um pouco no que o senhor Presidente disse, corroboro as palavras todas do senhor Presidente em

relação aos Bombeiros e também a unidade que se encontra no Hospital de Peniche, a SIF, que muito tem ajudado no socorro em Peniche e deve-se dar ênfase a esta unidade que tem safado muitas situações em Peniche. Os Bombeiros perante esta situação que existe na saúde, com a urgência fechada, tem tido custos, porque uma coisa é levar um doente até ao Hospital de Peniche outra coisa é termos ambulâncias a levar até Caldas da Rainha e isto é de dar grande ênfase ao trabalho desenvolvido por eles. Concordo com o senhor Presidente de que os Bombeiros e essa unidade que está no Hospital de Peniche fazem efetivamente um trabalho muito meritório.»

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Considerando o adiantamento da hora, o senhor Presidente da Mesa, após a realização do período de intervenção do público, colocou à consideração da Assembleia a alteração à presente ordem do dia, tendo sido aprovado, por unanimidade, realizar uma segunda reunião.

Ficaram para apreciar os seguintes pontos: 4 a 17.

1) APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO:

A Assembleia Municipal, em cumprimento da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apreciou a informação escrita do senhor presidente da Câmara, Henrique Bertino, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.

2) APRESENTAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO À CÂMARA MUNICIPAL POR PARTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA:

No cumprimento do n.º 7 do artigo 38.º, Subsecção III, do Regimento da Assembleia Municipal de Peniche, usaram da palavra os senhores Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, da Serra d'El-Rei, de Atouguia da Baleia e de Peniche.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse o seguinte:

«Já se falou no assunto da zona industrial do Vale do Grou, eu recordo e creio que na sessão de setembro cheguei a dizê-lo que houve uma reunião no verão e eu solicitei ao senhor Presidente que fossem disponibilizados os documentos relativamente a esta matéria e até agora ainda não foram, portanto, gostaria de reforçar que era importante esses documentos serem disponibilizados aos membros da Assembleia Municipal, porque registei uma intervenção do senhor Presidente em que diz “o assunto andou para trás e para a frente”, eu não conheço proposta nenhuma nem foi trazida aqui, portanto, é importante que nós tenhamos esses documentos e que possamos olhar para eles para depois não ser tudo feito a correr, na minha opinião.

Gostaria também de voltar a fazer referência a isto que já venho a fazer há alguns anos e infelizmente a coerência manteve-se que diz respeito à iluminação de Natal. A iluminação de Natal custeada pela Câmara é aplicada apenas na cidade de Peniche e será normal que aí haja o foco maior, é a cidade e a sede do concelho, mas se não fossem as freguesias rurais de Atouguia da Baleia, de Ferrel e da Serra d'El-Rei, mas aqui, obviamente, falando apenas pela Freguesia de Ferrel, não havia uma lâmpada nas ruas se fossem as juntas de freguesia e gostaria apenas de registar o facto

de, ao longo deste anos todos, nunca houve da Câmara Municipal um contributo neste sentido.

Dizer que infelizmente também é incoerência, porque no que diz respeito à intervenção dos serviços da Câmara na Freguesia de Ferrel, embora que seja muito pouca, não é comunicada de forma nenhuma, não têm de o fazer, mas eu registo esta falta de preceito institucional e dou o exemplo do corrimão colocado numas escadas na Ilha do Baleal em que eu na manhã seguinte estava com os serviços da Junta a tratar precisamente da iluminação de Natal e houve técnicos municipais que me perguntaram se eu sabia onde é que ele estava, porque tinha desaparecido durante a noite e eu nem sabia que lá tinha estado esse corrimão durante um dia, depois, na semana seguinte, também vejo funcionários do Município, que estavam a fazer um bom trabalho, a fazer marcações de estacionamento no Baleal Sol Village I quando em pleno verão vejo também a Câmara Municipal a empancar ainda mais o trânsito a pintar passadeiras na Avenida do Mar, agora que deviam ser pintadas essas passadeiras, que estão na grande maioria dos casos na Freguesia de Ferrel todas a sumir-se, não as pintam e no verão quando há trânsito é que vão fazer ainda mais trânsito.

Quero colocar um assunto que diz respeito aos dois postos de iluminação do Largo da Igreja Nossa Senhora da Guia, em Ferrel, eu coloquei o assunto ao senhor Engenheiro do Município, Emanuel Serrano, no dia 19 de junho, ele respondeu imediatamente no dia a seguir a dizer que do ponto de vista técnico se justificava a substituição das colunas luminárias, porque estão em perigo, trata-se de um largo de uma igreja onde, desde então, já ocorreram duas festividades com crianças ali a correr e podem apanhar um choque elétrico, eu voltei a colocar o assunto, no dia 10 de outubro, não obtive resposta e permitam-me referir que o senhor Engenheiro revelava que na Igreja da Ajuda também era necessária duas colunas, no caso da Igreja da Ajuda não sei do que se trata, mas no caso do Largo da Igreja Nossa Senhora da Guia é muito perigoso, porque qualquer pessoa pode tocar e vê-se a fita-cola a isolar os postes.

Quero fazer três perguntas objetivas ao senhor Presidente de Câmara que vêm no decurso das afirmações de hoje na reunião pública relativas ao processo da transferência de competências. O senhor Presidente diz a dada altura que há freguesias que não cumprem e que não querem cumprir e eu gostava de fazer duas perguntas muito diretas e objetivas:

- O que é que eu ou a Freguesia de Ferrel não cumpre;*
- O que é que eu ou a Freguesia de Ferrel não queremos cumprir.*

Relativamente àquilo que recebem e não executam:

- O que é que a Freguesia de Ferrel recebe e não executa.*

Gostaria de acrescentar que, com a mesma primazia com que o senhor Presidente refere que existem eventualmente questões que nós recebemos e não executamos, podia também referir todas as questões que nós executamos que são da Câmara e para a qual não recebemos um cêntimo.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Em relação à zona industrial do Vale do Grou, não sei quais são os documentos, mas são os documentos que foram a reunião de Câmara há algum tempo que tinha que ver com a parte urbanística, com o loteamento, iremos facultar, é uma questão de fazer a pesquisa do que foi a reunião de Câmara e apresentamos.

Em relação à iluminação de Natal é uma questão recorrente, é uma boa altura para ir fazendo os registos para as candidaturas para ver quem é que apresenta candidatura e quem dá mais dinheiro às freguesias para a iluminação de Natal.

Nós não damos ordens a ninguém dos serviços camarários para quando vão às freguesias fazer alguma coisa que não contactem com as Juntas de Freguesia, é o contrário, devia ser uma prática, às vezes é, às vezes depende das pessoas.

Em relação aos postes de iluminação no Largo da Igreja, fui eu que fiz demorar mais o processo, porque nós temos de poupar em tudo. Em relação aos postes elétricos e a outras coisas

normalmente as propostas que vêm são de valores elevados, mas está decidido e o processo está a andar.

Em relação à transferência de competências, eu já referi hoje em reunião de Câmara que vou fazer uma declaração escrita em relação àquilo que eu penso sobre todo o processo e aí os senhores Presidentes de Junta terão a oportunidade de ver escrito qual é o meu pensamento. O senhor Presidente da Junta de freguesia de Ferrel sabe, no mandato passado, a pressão que houve, sabe como é que foram as coisas negociadas, nós até negociámos até determinado ponto de boa fé, agora há coisas que eu não me revejo, não me revejo inclusive com o não cumprimento daquilo que foi uma declaração aqui na Assembleia Municipal, por unanimidade, não me revejo nos resultados, agora não vou dizer que é o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel que não cumpre, quando eu fizer o documento vai ser escrito e vai ficar em ata da reunião de Câmara.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse o seguinte:

«Pode remeter tudo para esse documento, tudo bem, mas eu referi-me a Ferrel, o que é que nós não cumprimos ou se estamos em falta com alguma coisa, porque não queremos estar em falta com nada e era só no sentido de o senhor Presidente dizer o que é que nós não cumprimos para nós cumprimos, mas se remete tudo para o documento, a seu tempo vamos saber.»

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse o seguinte:

«Em relação ao acordo de competências, fico a aguardar pelo documento do senhor Presidente da Câmara para depois poder tecer mais alguns comentários.»

Em relação à ocupação do espaço público, a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia declinou esta competência para a Câmara Municipal há mais de um ano, só que, da parte da Câmara Municipal, também nunca vi exercer essa competência por parte da Câmara e eu estou a dizer isto por que fui contactado por uma pessoa que está a ocupar espaço público e que se dirigiu à Câmara para pagar e na Câmara ninguém conseguia apresentar-lhe a conta para ele pagar, se calhar a Câmara tem dinheiro a mais e não precisa de dinheiro. Em relação aos acordos de delegação de competência está-se sempre a falar em verbas insignificante e como é que a Câmara desperdiça este dinheiro todo de ocupação de espaços públicos, eu nunca contabilizei, mas seguramente só na Freguesia de Atouguia da Baleia ultrapassa os 30.000 euros.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Como o senhor Presidente da Junta de Freguesia deve calcular eu percebi o seu raciocínio, a questão é que algumas Juntas de Freguesia receberam as competências para as exercer e não as exerceram e, na altura, a Divisão de Administração e Finanças estava a intervir de uma forma persistente em relação aos espaços de esplanada, nomeadamente, e com estas decisões os serviços da Câmara ficaram sem saber, se a competência é das Juntas de Freguesia e, aliás, isso foi discutido convosco, de que era uma dificuldade saber quem fazia o quê, mas isso está ultrapassado, porque a Junta de Freguesia já formalizou que não pretendia ficar com a competência.»

Em relação a um particular que veio à Câmara para pagar o terrado e não o fez, se o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia puder dê-nos essa informação para nós percebermos em que serviço da Câmara foi para saber se foi o serviço certo e perceber o que aconteceu, provavelmente alguma coisa está mal.»

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Disse o seguinte:

«É a última vez que vou falar neste assunto que ando a falar, por ofício, desde o dia 05 de dezembro de 2017, eu peço que sejam marcadas duas passadeiras na Rua Cruz das Almas, entre o Café Caçador e o Café Montenegro, também, que sejam remarcadas, porque já lá existiram, as passadeiras na Rua Marechal Craveiro Lopes que é uma rua perpendicular à Rua Arquiteto Paulino Montez que fica por de trás da Escola D. Luís de Ataíde, a sinalização vertical está lá, está colocada só para quem entra da Rua Dr. João de Matos Bilhau ou da Rua Arquiteto Paulino Montez, mas não há sinalização no chão.

Em relação ao muro da Travessa da Fialha, em janeiro deste ano, eu estive lá eu ajudei o meu encarregado a tirar as pedras para o chão, porque as pedras estavam perigosas, estou a falar da Travessa da Fialha com a Rua João Gonçalves Zarco, a 26 de fevereiro reuni com a senhora Vereadora com o Pelouro das Freguesias que me disse para não me preocupar, porque eu pedi um protocolo de obra, porque já havia um projeto, estamos em dezembro, a Freguesia de Peniche já tinha feito aquilo há muito tempo e eu até dei a sugestão de que fazíamos aquilo tal e qual como está a Rua do Galhahaz, nos mesmos moldes.

Não vou falar mais em protocolos de obra, vou aguardar pela tal declaração.

Quero dar uma nota dirigida ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, é lamentável como o nosso público fala, eu aconselhava a todos a ver a Assembleia de Freguesia de Peniche, como é que é filmada, gravada, dignamente transmitida a todas as pessoas, quem diz Assembleia Municipal diz Câmara Municipal.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Raul, no dia 04 de outubro, ficou de me dar a memória descritiva da peça escultórica dos Supertubos, eu aguardo.»

Vereadora Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Relativamente à marcação das passadeiras, nós tivemos uma reunião, onde estava também presente o senhor Dr. Rui Vargas, falámos sobre o Orçamento e GOP para 2025 e foi referenciado que essas passadeiras, tal como referiu hoje e como tem sido hábito referir, seriam uma prioridade para o próximo ano e que estão na listagem de prioridades, neste caso, no setor das Obras Municipais.

Em relação à peça escultórica, vou solicitar aos serviços para facultarem à Assembleia Municipal que fará distribuir por todos os membros.»

Presidente de Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Eu acho que não é normal pôr-se em GOP a pintura de uma passadeira, de certeza que os serviços da Divisão de Obras Municipais tem um molde para pintar as riscas.»

Vereadora Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Provavelmente fui eu que não me consegui explicar bem, mas quero acrescentar que este assunto também foi remetido para a Comissão de Trânsito.»

Presidente de Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Dizer que a Junta de Freguesia de Peniche também faz parte dessa comissão e nunca foi a reunião nenhuma.»

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Disse o seguinte:

«Relativamente à transmissão da Assembleia Municipal, de facto tem sido uma preocupação da Mesa da Assembleia Municipal, de todos os seus membros e inclusivamente dos senhores Vereadores, nomeadamente o senhor Vereador Filipe Sales com quem já conversei e que apresentou algumas sugestões. Eu já visitei e pude verificar o funcionamento da Assembleia Municipal de Torres Vedras, visitei, há pouco tempo por sugestão do senhor Vereador Filipe Sales que me abriu as portas, a Assembleia Municipal do Bombarral que tiveram a simpatia de me receber e tive a oportunidade de ver como funciona, conversei também com o senhor Ricardo Rosado sobre o assunto, foi a senhora Presidente de Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes, que me facultou o contacto, que me sugeriu algumas ideias sobre a transmissão ou sobre a revolução da transmissão para de facto dar-mos mais dignidade à nossa transmissão, porque os nossos munícipes merecem. A forma como falei, há pouco, com o senhor Deputado Carlos Miguel Amaral pelo facto de não se conseguir filmar as intervenções dos nossos munícipes, parece um pouco estranho, parece que quem está a assistir digitalmente está a ouvir rádio e, facto, nós temos andado com alguma preocupação sobre esse assunto, já conversei também com o senhor Diretor Municipal, Dr. Rui Vargas, sobre este assunto e muito em breve vamos reunir para ver se avançamos com um projeto que eu espero que ainda seja inaugurado com esta assembleia, estamos a fazer esforços nesse sentido, para melhorar a transmissão que todos nós membros da Assembleia Municipal merecemos e muito mais os nossos munícipes, naturalmente.»

Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse o seguinte:

«Tenho um pedido para fazer ao senhor Presidente da Câmara para que no próximo mês de janeiro pudesse receber a Junta de Freguesia, alguns agricultores e proprietários de terrenos no Moinho Velho e eu disponibilizo-me para contactar as pessoas se for necessário e para ajudar a organizar esta reunião, mas este é um assunto que eu trago há dois anos, é um assunto muito urgente para a atividade dos agricultores e mesmo não percebendo nada de agricultura consigo perceber o que é um parcelário e eles necessitam que aqueles terrenos que estão ocupados para a agricultura no post "Luta Contra a central Nuclear", necessitam que aquilo fique resolvido e é um assunto que vai trazer receita ao Município de Peniche, portanto, são só vantagens para os agricultores, para a Freguesia de Ferrel e para o Município de Peniche, porque a partir de 2025, segundo a informação que temos da Associação dos Agricultores do Oeste, existem regras nomeadamente da União Europeia que podem trazer constrangimentos à atividade dos agricultores, eu já tinha referido isso aqui, no fundo, isto vem no sentido de pedir ao senhor Presidente que encontre disponibilidade para tentarmos tratar deste assunto em conjunto, porque eu há pouco tempo estive à conversa, por ocasião das comemorações dos quarenta anos, e irei ter um momento com o primeiro Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, o senhor Professor Eduardo Figueira, e também vi, porque me facultaram documentos de 1986 em que houve um senhor que tentou ser dono daquilo e houve na altura um peditório, todos os agricultores pagaram para que fossem defendidos e aquilo é público, existe com certeza figuras na lei, seja no arrendamento, na cedência, no comodato, isso depois é o que a Câmara decidir, mas o que interessa é que fique resolvido o problema dos agricultores e entre receita no Município, portanto, pedia ao senhor Presidente que tentássemos em janeiro e tentarmos resolver este assunto.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«É agendar a reunião, porque nós também temos interesse nessa reunião, portanto, vem

ao encontro de situações e de preocupações que temos naquela envolvente e se é do interesse dos senhores agricultores e da Junta de Freguesia reunir é uma questão de ver o dia e a melhor hora.»

Hugo Martins (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Senti a necessidade de falar forçosamente, porque falou-se na transmissão online, é um assunto que diz respeito a todos e o senhor recebeu de alguém sugestões sobre o funcionamento da Assembleia Municipal, mas esse alguém esqueceu-se de dizer que a Assembleia de Freguesia de Atouguia da Baleia continua sem transmissão online.»

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse o seguinte:

«A Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia não tem dinheiro para comprar equipamento para fazer a transmissão online da Assembleia de Freguesia.»

3) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA, AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O ANO DE 2024 (MODIFICAÇÃO N.º 29):

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do terceiro ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 15 de novembro de 2024.

Deliberação n.º 44/2024: Submetida a proposta (n.º 2455/2024) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com dezasseis (16) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Socialista (5), pela Coligação Democrática Unitária (3) e pelo Chega (1), e nove (9) abstenção, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (7) e pelos senhores Carlos Miguel Cordeiro do Amaral Domingos e João Manuel de Jesus Gomes, ambos eleitos pelo Partido Socialista (2), aprovar a Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipais do Município de Peniche, para o ano de 2024 (Modificação 29).

ORDEM DO DIA:

Deliberação n.º 45/2024: Considerando que os documentos relativos a alguns assuntos da ordem do dia não foram disponibilizados aos membros da Assembleia Municipal de Peniche atempadamente, o senhor Presidente da Mesa interrompeu a sessão para reunir com os líderes das bancadas e propôs a retirada dos pontos doze, quinze e dezasseis da ordem do dia, tendo sido aprovado por unanimidade.

MARCAÇÃO DE NOVA REUNIÃO:

Deliberação n.º 46/2024: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, que os trabalhos desta sessão prosseguirão no dia 06 de dezembro de dois mil e vinte e quatro, com a realização de nova reunião, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com início às vinte e uma horas, com dispensa de convocação escrita.

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 47/2024: Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

Sendo zero horas e vinte minutos do dia trinta de novembro, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a primeira reunião da sessão ordinária do mês de novembro, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Marina Viola*, Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino.

APROVAÇÃO:

A presente ata foi aprovada e assinada na sessão ordinária de fevereiro da Assembleia Municipal, realizada no dia 21 de fevereiro de 2025, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(assinado no original)

A Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças,

(assinado no original)
